



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete
ESTADO DE MINAS GERAIS



PARECER DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTOS
AO PROJETO DE LEI Nº 086-E-2025

RELATÓRIO

De autoria do Executivo, através da prerrogativa que lhe assiste na Lei Orgânica deste Município, protocolou na secretaria desta Casa o Projeto de Lei Complementar que "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

No âmbito da Câmara Municipal, o projeto tomou forma de Projeto de Lei nº 086-E-2025 às fls. 02/03 e documentos às fls. 04.

O projeto foi devidamente analisado pela Procuradoria da Câmara Municipal, exarando seu parecer pugnando por baixar em diligência, fls. 05/09, documentos às fls. 10/13 e justificativa às fls. 14.

O Executivo, então, respondeu à diligência com a juntada da proposta de alteração do projeto, do estudo de impacto para os exercícios de 2025, 2026 e 2027, declaração de adequação orçamentária e financeira, fls. 15/16.

Após os autos voltaram para a Procuradoria da Câmara Municipal, exarando seu parecer favorável às fls. 17/19.

Após, os autos foram encaminhados para a Comissão de Legislação, Justiça e Redação, que exarou parecer, pugnando pela constitucionalidade e legalidade do ao projeto, às fls. 21/23.

Em seguida os autos do projeto de lei foram encaminhados para a Comissão de Serviços Públicos, Administração Municipal, Política Urbana e Rural que exarou seu parecer pelo prosseguimento ao projeto, às fls. 25.

Após, os autos do projeto de lei foram encaminhados para a Comissão de Direitos Humanos, Cidadania, Defesa das Crianças e Adolescentes e da Pessoa com Deficiência e Direito do Consumidor, que exarou seu parecer pelo prosseguimento ao projeto, às fls. 27/28.

Por fim, o referido r. parecer ser lido em Plenário os autos do projeto de lei vieram para esta comissão para análise e parecer.

E o relatório.



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete
ESTADO DE MINAS GERAIS



PARECER DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTOS
AO PROJETO DE LEI Nº 086-E-2025

FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto tem por finalidade instituir, organizar e estruturar as Políticas Públicas para a Mulher no âmbito do Município de Conselheiro Lafaiete, estabelecendo diretrizes de atuação, competências administrativas e parâmetros de articulação entre órgãos públicos, sociedade civil e demais instituições. O texto normativo disciplina, entre outros pontos, o funcionamento do Centro de Referência da Mulher, as responsabilidades da Secretaria Adjunta de Proteção aos Direitos da Mulher, e a integração das ações municipais às políticas nacionais de enfrentamento à violência contra a mulher.

Nos termos do art. 89, III, do Regimento Interno, compete a esta Comissão analisar a admissibilidade orçamentária e financeira do projeto, especialmente quanto à compatibilidade com as leis orçamentárias e à existência de recursos suficientes para sua execução. Inicialmente, a ausência da estimativa de impacto orçamentário-financeiro motivou a emissão de diligência pela Procuradoria do Legislativo. Em resposta, o Executivo apresentou estudo detalhado contendo a previsão de impacto para os exercícios de 2025, 2026 e 2027.

A proposta não cria novas estruturas administrativas, tampouco institui cargos ou funções, tratando-se, segundo manifestação expressa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, de regulamentação administrativa de atividades já existentes no Município, executadas no âmbito do projeto/atividade nº 082440010.2233 – Manutenção do Centro de Referência da Mulher.

Nesse sentido, a Secretaria informa que os recursos humanos, a estrutura física e as dotações necessárias já se encontram previstas no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual, não havendo impacto financeiro adicional decorrente da aprovação do projeto, uma vez que a norma apenas formaliza e organiza ações já desempenhadas pela administração municipal.

Sob a ótica fiscal, observam-se duas condições essenciais: (i) a compatibilidade com o planejamento orçamentário municipal, e (ii) o atendimento à Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente nos arts. 15, 16 e 17, que tratam da criação e expansão de despesas obrigatórias. Considerando a manifestação técnica juntada aos autos, bem como o estudo de impacto apresentado, verifica-se que a medida não implica aumento de despesa, uma vez que não cria novos serviços, unidades administrativas ou encargos permanentes, mas apenas sistematiza políticas já existentes, sem alteração do custeio.



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete
ESTADO DE MINAS GERAIS



PARECER DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTOS
AO PROJETO DE LEI Nº 086-E-2025

Assim, do ponto de vista financeiro e orçamentário, o projeto encontra-se em plena conformidade com os instrumentos de planejamento, não gerando impacto que comprometa metas fiscais, limites legais de despesa ou equilíbrio das contas públicas.

Do ponto de vista jurídico-organizacional, o projeto está em consonância com a legislação federal que rege as políticas de proteção à mulher, especialmente com os parâmetros fixados na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), que estabelece diretrizes a serem observadas por União, Estados, Distrito Federal e Municípios, reforçando a necessidade de políticas articuladas e contínuas de prevenção, combate, acolhimento e acompanhamento das mulheres em situação de violência.

Além disso, o projeto atende ao interesse local, competência típica dos municípios, e reforça o compromisso da Administração Pública com a equidade de gênero, a cidadania, a dignidade da pessoa humana e a consolidação de políticas sociais permanentes de proteção e promoção dos direitos das mulheres.

Assim, conclui-se que, sob os limites de competência desta Comissão, o projeto atende aos requisitos orçamentários, financeiros e tributários, não havendo óbice à sua regular tramitação, devendo ser submetido ao Plenário para discussão e votação.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, concluímos pela inexistência de óbice para a tramitação do presente Projeto de Lei, pelos motivos acima expostos, devendo ser apreciado, discutido e votado pelo Plenário.

SALA DAS COMISSÕES, 27 DE NOVEMBRO DE 2025.


VEREADOR SAMUEL CARLOS DE SOUZA


VEREADOR PEDRO AMÉRICO DE ALMEIDA

VEREADOR ANGELINO CLÁUDIO PIMENTA NETO